



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000291382

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1011670-60.2024.8.26.0007, da Comarca de São Paulo, em que é apelante DANIELA SILVA SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelada LOJAS RENNER S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 21ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PAULO ALCIDES (Presidente), MIGUEL PETRONI NETO E DÉCIO RODRIGUES.

São Paulo, 26 de março de 2025.

PAULO ALCIDES

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 53662

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1011670-60.2024.8.26.0007
COMARCA DE SÃO PAULO – FORO REGIONAL DE ITAQUERA
APELANTE(S): DANIELA SILVA SANTOS
APELADO(S): LOJAS RENNER S.A.

DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Improcedência. Inconformismo da autora. Apontamento em cadastro de inadimplentes. Exercício regular do direito por parte da requerida. Comprovada a relação jurídica. Não demonstrado o adimplemento das faturas de cartão crédito que ensejaram a negativação. Sentença mantida.

RECURSO DESPROVIDO

DANIELA SILVA SANTOS interpõe recurso de apelação contra a r. sentença de improcedência (fls. 213/216), proferida na ação declaratória de inexigibilidade de débito c.c. pedido de indenização por danos morais, proposta contra LOJAS RENNER S.A.

Sustenta que a proposta de adesão ao cartão de crédito firmada por “selfie” não tem o condão de comprovar a efetivação da contratação, a utilização do cartão ou o inadimplemento das faturas. Impugna os demais documentos apresentados, por serem “prints” de telas do sistema interno da ré. Reputa ausente demonstração da solicitação, recebimento e desbloqueio do cartão. Aponta ausência de notificação sobre a negativação. Pugna, ao final, pela declaração de inexistência da dívida e condenação do requerido a reparar os danos morais (fls. 219/248).

Contrarrazões (fls. 252/263).

É o relatório.

Trata-se de ação fundada na abusividade de apontamento em cadastro de inadimplentes; a requerente alega

desconhecer a dívida negativada.

O recurso não comporta provimento.

Embora as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor sejam aplicáveis ao caso, ausentes elementos que possibilitem reconhecer o direito da apelante.

Isto porque, a ré comprovou, como lhe competia (art. 6º, VIII, do CDC), a regularidade da cobrança: apresentou documentos hábeis a demonstrar a existência da contratação do cartão de crédito pela autora, a realização de compras e o não pagamento da maioria das faturas (fls. 96/146), desincumbindo-se do ônus previsto no art. 373, II, do CPC/2015.

Portanto, o débito é exigível e o apontamento é legítimo; a recorrida agiu no exercício regular do direito.

Nesse sentido, precedente desta C. Câmara:

AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS – IMPROCEDÊNCIA – Pretensão à sua reforma – Não acolhimento – Inscrição do nome da autora em cadastro de inadimplentes revestida de licitude, diante da relação jurídica existente entre as partes, não negada pela requerente, a qual, todavia, deixou de comprovar o regular adimplemento das faturas de cartão de crédito – Pagamento do valor mínimo que resulta em saldo remanescente para o mês posterior, dada a quitação parcial do total da fatura – DECISÃO MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO. (Apelação Cível 1021106-11.2018.8.26.0506; Relator (a): Fábio Podestá; Órgão Julgador: 21ª Câmara de Direito Privado Data do Julgamento: 23/06/2021)

Destarte, com base nos fundamentos apresentados, fica mantida a r. sentença.

Por derradeiro, para evitar a costumeira oposição de embargos declaratórios voltados ao prequestionamento,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

tenho por discutidos, neste grau de jurisdição, todos os dispositivos legais citados e argumentos deduzidos no recurso interposto.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

PAULO ALCIDES AMARAL SALLES
Relator